

**XII Congresso Brasileiro
de História Econômica**

**13^a Conferência Internacional
de História de Empresas**

**Niterói,
28, 29 e 30 de agosto
de 2017**

A reunificação das Alemanhas e o final da Guerra Fria (1989-1991)

Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli

A reunificação das Alemanhas e o final da Guerra Fria (1989-1991)

Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão¹
Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli²

Resumo

A absorção da República Democrática da Alemanha pela vizinha República Federal no início da década de 1990 do século XX, marcou o início de uma nova era para as relações dos países europeus, e do mundo como um todo. A queda do Muro de Berlim assinalou o início do fim da Guerra Fria e uma nova configuração do poder do poder mundial. Este artigo descreve e analisa os eventos que compõem o episódio de “unificação” dos dois territórios alemães, as reações provocadas interna e externamente ao território das duas Alemanhas e os tratados que formalizaram o processo de unificação de ambas.

Palavras-Chave: Unificação alemã, República Federal Alemã, República Democrática Alemã.

Abstract

The absorption of the Democratic Republic of Germany by the neighboring Federal Republic in the early 1990s of the twentieth century marked the beginning of a new era for relations between European countries and the world as a whole. The fall of the Berlin Wall marked the beginning of the end of the Cold War and a new configuration of world power. This article describes and analyzes the events that comprise the episode of "unification" of the two German territories, the reactions provoked internally and externally to the territory of the two countries and the treaties that formalized the process of unification of both.

Keywords: German Unification, Federal Republic of Germany, German Democratic Republic.

¹Mestranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo e bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas.

²Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, professora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sócio Econômico da mesma instituição.

A absorção³ da República Democrática da Alemanha pela vizinha República Federal no início da década de 1990 do século XX, marcou o início de uma nova era para as relações dos países europeus, e do mundo como um todo. A queda do Muro de Berlim assinalou o início do fim da Guerra Fria e uma nova configuração do mundo dominado por apenas uma potência com o seu suposto modelo do que seria o “ideal” em termos de estrutura econômica, política e social:

Aparentemente, de um dia para o outro, a economia da Alemanha Oriental, que havia sido administrada até então por um planejamento estatal centralizado estritamente ortodoxo (...) tornou-se parte da economia do *laissez-faire* da República Federal Alemã. Anunciou-se uma drástica reprivatização de suas unidades produtivas, e suas propriedades pré-comunistas foram legalmente restauradas. Esta foi, sem dúvida, a mais descomprometida transição para a economia de mercado da história, um tratamento de choque *par excellence*.⁴

Este artigo busca descrever e analisar os eventos que compõem o episódio de “unificação” dos dois territórios alemães, as reações provocadas interna e externamente ao território das duas Alemanhas e os tratados que formalizaram o processo de unificação de ambas.

O processo

Com o fim do risco “socialista”⁵, os países europeus iniciaram um processo de

3Os termos “Unificação” e “Reunificação” provocam controvérsias quanto ao seu uso na descrição do processo ocorrido entre os dois territórios alemães ao final do século XX. Tal evento enquadra-se melhor numa possível “Anexação da RDA pela RFA”. Isso se justifica de forma clara na medida em que a RFA manteve intactas praticamente todas as suas instituições, estruturas e, inclusive o nome. Assim, a “Alemanha Unificada” manteve o nome oficial de República Federal da Alemanha, embora seja comum o uso da abreviação “Alemanha” para designar o país. Em contra partida, a RDA perdeu todas as suas características institucionais, moeda e estrutura de organização interna, justificando a ideia de uma inserção submissa no território da RFA.

4De acordo com BEREND. I (1998, p. 69)

5Segundo informações de Flach (2009), ao passo que os regimes socialistas são comumente identificados como ditatoriais, em contrapartida, o sistema de mercado proveniente dos EUA é indicado como modelo de democracia e defesa das liberdades. Porém, enquanto nos países alinhados com a União Soviética, em especial a RDA, os simpatizantes do nazifascismo foram perseguidos e combatidos, na RFA, alinhada com os EUA, os mesmos foram aproveitados em vários cargos do alto escalão. Quando EUA, Inglaterra e França criaram a Alemanha Ocidental, em maio de 1949, Konrad Adenauer (1876-1967) com conhecidas ideias católicas de cunho medieval, foi indicado como primeiro Chanceler da RFA, já com a idade de 73 anos. Seu principal conselheiro, Chefe de gabinete da Chancelaria e Secretário de Estado, Hans Globke (1898-1973), era o renomado formulador jurídico das “Leis Raciais” do nazismo, editadas em Nuremberg em 1935. Globke foi denunciado por Rudolf Augstein, editor do Der Spiegel, ainda em 1953, mas não perdeu o posto até a renúncia de Adenauer, em 1963. O cientista responsável pelas bombas V-2 na base militar de Peenemünde, foi prontamente transferido para os EUA, acompanhado de seus 130 colegas. Segundo as “Memórias” de Willy Brandt (1913-1992), diante da complacência ocidental com o passado

reestruturação em direção a um ideal de “Estados Unidos da Europa”, sonhado no início do século, debatido por anos e posto de lado durante um período de duas guerras sangrentas e uma crise entre elas.

O novo cenário mitigou o receio de uma nova investida da Alemanha em direção ao controle territorial do continente por parte dos antigos rivais, e o país pode ocupar seu lugar como potência maior do jogo político e econômico internacional. Com a Alemanha e a França à frente da União Europeia, o final do século XX inaugurou a unificação monetária de onze países europeus que esqueceram suas disputas fronteiriças de centenas de anos para poder fazer frente à concorrência asiática e norte americana, objetivando voltar a desempenhar um papel hegemônico no comércio internacional.

A Alemanha, no entanto, passou a última década do século em processo de reestruturação e consolidação interna. Nesse período, uma figura continuaria como destaque à frente foi país, Helmut Kohl. O autoproclamado artífice da reunificação alemã ficaria no poder por mais oito anos após a queda do muro – havia assumido a função em 1982 – e seria o responsável pelas mudanças que levariam à volta da Social-democracia à chancelaria, pelas mãos de Gerhard Fritz Kurt Schröder.

Abandono do Pacto de Varsóvia e o Projeto da Casa Comum Europeia

Após 36 anos, o Acordo de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua ou Pacto de Varsóvia, teve seu fim decretado. Ao final da década de 1980, com a declaração do Secretário Geral do Partido Comunista Soviético, Mikhail Gorbachev, de que a URSS estava abandonando oficialmente a “doutrina Brejnev6” e que propunha

nazista, não se deveria estranhar a naturalidade com que burocratas, juízes, gerentes nazistas e oficiais da Gestapo se incorporaram ao governo Adenauer. O general nazista Reinhard Gehlen (1902-1979), profissional da matança na campanha do Leste, em estreita colaboração com a então nascente CIA, foi criador e chefe da espionagem (Bundesnachrichtendienst – BND) da RFA de 1946 até 1968. Klaus Barbie, o “açougueiro de Lyon” que destroçara a cúpula da Resistência Francesa no momento da invasão Aliada da Normandia, foi inicialmente recrutado em Munique pelo Counterintelligence Corps (CIC). Como dezenas de outros oficiais nazistas, foi imediatamente incorporado à CIA, onde serviu como um renomado instrutor de tortura até 1951 quando após denúncias repetidas o fizeram fugir para a Bolívia com a ajuda do Vaticano. De lá seria deportado somente em fevereiro de 1983 para ser julgado e condenado na França em 1987.

6Criada por Leonid Ilitch Brejnev (1906-1982), a doutrina pregava a hegemonia soviética no mundo socialista onde “Quando forças externas e internas, contrárias ao socialismo, tentam conduzir o desenvolvimento de um país socialista em direção da restauração da ordem capitalista, quando surge a ameaça à causa socialista nesse país, a ameaça à segurança atinge por inteiro a comunidade socialista, e este já não é um problema apenas para o povo daquele país, mas para todos os países socialistas.” Disponível em <http://365forte.blogs.sapo.pt/doutrina-de-soberania-limita-289911> acesso em 12-05-2016.

que os países do COMECON adotassem regimes democráticos, deu-se a aproximação da URSS com seus antigos rivais ideológicos, EUA, Alemanha Federal, França e Inglaterra, fazendo com que a manutenção do Pacto perdesse o sentido. Oficialmente a declaração incluiu ainda a fala: “O partido vê como uma das tarefas fundamentais da sua política interna o aperfeiçoamento e desenvolvimento da democracia e de todo o sistema de autogestão socialista do povo”. (GORBACHEV apud ALBUQUERQUE, 2015).

Segundo Elmir Flach: (2009, p.42)

No âmbito regional, a última reunião do Conselho de Ajuda Econômica Mútua (CAEM) aconteceu em 08 de janeiro de 1990. Poucos meses depois, dissolvia-se o Tratado de Varsóvia, criado em 1955, em resposta à OTAN (1949). Desintegrava-se o bloco socialista, ao mesmo tempo em que se iniciava a desagregação político territorial da própria URSS.

A proposta de Gorbachev foi de transformação das estruturas socialistas soviéticas, abrindo mão da engrenagem principal do socialismo, o Partido-Estado. Essa flexibilização na direção dos países do COMECON, fez ressurgir movimentos nacionalistas e em dezembro de 1991, com a desagregação da URSS, foi criada a CEI – Comunidade de Estados Independentes, composta pelos países que criados após a dissolução da ex-URSS, conforme se pode observar pela tabela 1.

Tabela 1 - Países resultantes da ex-União Soviética e suas etnias

Países	Etnias dominantes
Lituânia	Lituanos (80%), russos (9%), poloneses (8%), bielorrussos (2%), outras (1%)
Letônia	Letões (52%), russos (34%), bielorrussos (5%), outros (9%)
Estônia	Estonianos (62%), russos (30%), ucranianos (3%), outros (95%)
Rússia	Russos (82%) , tártaros (4%), ucranianos (3%), Tchuvachos (1%), outros (10%)
Ucrânia	Ucranianos (73%), russos (22%), outros (5%)
Bielorrússia	Bielorrussos (78%), russos (13%), poloneses (4%), outros (6%)
Uzbequistão	Uzbeques (71%), russos (8%), tadjiques (5%), cazaques (5%), outros (11%)
Cazaquistão	Cazaques (42%), russos (37%), alemães (5%), ucranianos (5%), outros (11%)
Geórgia	Georgianos (70%), armênios (8%), russos (6%), azeris ((6%), outros (10%)

XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas
A reunificação das Alemanhas e o final da Guerra Fria (1989-1991)

Azerbaijão	Azerbaijanos (83%), russos (6%), uzbeques (6%), outros (5%)
Moldávia	Moldávios (65%), ucranianos (14%), russos (13%), turcos (4%), outros (4%)
Quirgistão	Quirguizes (52%), russos (22%), uzbeques (13%), outros (13%)
Tarjiquistão	Tajiques (62%), uzbeques (24%), russos (8%), outros (6%)
Armênia	Armênios (93%), azeris (3%), russos (2%), outros (2%)
Turcomenistão	Turcomanos (73%), russos (10%), uzbeques (9%), outros (8%)

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados disponíveis no endereço

<http://www.cmpa.tche.br/upload/arquivos/9%C2%BA%20Ano/ApresentacaoCEI.pdf>, acessado em 20-01-2016

Em relação à RDA, o projeto de Gorbachev visava utilizar o país como moeda de troca nas tentativas de auferir vantagens econômicas à URSS. Assim,

Segundo a avaliação soviética, as chaves do encerramento da Guerra Fria e da edificação da Casa Comum Europeia estavam em Berlim. Cobia, portanto, recolocar em discussão o status quo interalemão e extrair do subsequente processo de negociação todas as vantagens possíveis para a URSS. (FLACH, 2009, p.50)

Desse modo, abordamos a seguir alguns dos principais acontecimentos que culminaram na queda do Muro de Berlim, símbolo da Guerra Fria, e, por fim, na chamada unificação alemã.

Reivindicações Populares de 1989

As manifestações no ano anterior ao início do processo de unificação não eram exatamente protestos pelo fim do regime na RDA segundo Ávila (2010), “Ainda que com uma estabilizada taxa de crescimento do produto, a realidade econômica da RDA no início de 1989 não parecia desesperada ou à beira do colapso” (ÁVILA, 2010, p.94). Segundo o autor, o que se observava era uma discussão entre professores, sociólogos e economistas do país sobre a situação das subvenções do Estado para manutenção do nível de preços e não uma possível mudança de regime político.

Até quase meados de 1989, a estabilidade governamental na República Democrática estava dada, assim como estavam sendo feitos planos para a comemoração do quadragésimo aniversário de fundação, a ser realizada nos dias 6 e 7 de outubro. O que se esperava, em virtude do abalado estado de saúde do Secretário Geral do SED, era a mudança no cargo máximo do Partido Socialista Unificado e do *Politburo*, após 20

anos. Porém, alguns acontecimentos internos e externos abalaram as estruturas do mundo e, principalmente, as estruturas alemãs.

No dia 2 de maio de 1989, o governo húngaro decidiu abrir suas fronteiras com a Áustria e essa notícia ecoou por todo o mundo socialista⁷. Após o anúncio, as embaixadas da RFA, principalmente em Praga e Varsóvia, receberam cada vez mais emigrantes da RDA nas semanas seguintes⁸. Adicionalmente, houve ainda a proposta inédita de criação de um grupo de oposição ao regime chamado de *Neues Forum*. Em seu discurso, no aniversário de 40 anos da criação da RDA e após aproximadamente dois anos sem aparecimentos públicos, Honecker reiterou, entre outras coisas, que:

A RDA tem pavimentado seu caminho com realizações que servem para fortalecer nosso povo no conhecimento do seu poder e do valor de todos os esforços para estabelecer uma nova, humana e completa vida. O socialismo e a paz são, e continuam a ser, palavras-chave para aquilo que temos conseguido até agora, bem como aquilo que vamos continuar a realizar. Em sua quinta década, o estado Socialista dos Trabalhadores e Camponeses em solo alemão vai continuar a provar - por meio de suas ações para o bem de seu povo e através dos seus esforços para a paz, segurança e cooperação internacional - que a sua fundação em outubro de 1949 foi um ponto de viragem na história do povo alemão e da Europa. [. . .]⁹

7 A RFA recebeu fluxos migratórios de mão de obra formada e altamente qualificada da RDA. Com a construção do Muro de Berlim esse movimento diminuiu, mas ainda era estimulado tanto pelas mídias capitalistas, como pelos seus líderes. Na RFA, obter a cidadania era um processo quase que automático para os cidadãos vindos da RDA.

8 A RDA fazia fronteira com Polônia e República Tcheca, os dois países eram alinhados com a URSS. Na Polônia, além de fronteira com a RDA, ao sul havia quilômetros de fronteiras com a Eslováquia, que por sua vez fazia fronteira com a Hungria. Os emigrantes alemães que se encaminhavam em direção a RFA seguiam então o caminho: RDA, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Áustria e RFA. Outra opção utilizada foi a procura diretamente pelas embaixadas da RFA tanto em Praga na República Tcheca, como em Varsóvia na Polônia.

9 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/docpage.cfm?docpage_id=3223, acessado em 22-01-2016. Tradução das autoras.

Imagem 1 - Erich Honecker e Mikhail Gorbachev na celebração do 40º aniversário da RDA



Fonte: Disponível no endereço http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_image.cfm?image_id=3031 acesso em 20-02-2016.

A população, descontente com o governo de Honecker, protestava nas comemorações. As duas primeiras e mais importantes manifestações populares se deram em 7 de outubro de 1989, em Dresden e em Leipzig a 9 de outubro (ÁVILA, 2010, p.97). Simultaneamente ao êxodo populacional causado pela abertura da fronteira entre Hungria e Áustria, aumentavam as pressões externas contra o regime. Em especial, tal pressão vinha dos representantes da URSS e da RFA, Gorbachev e Kohl respectivamente, provocando um clima de caos na RDA:

Ao longo dos anos 1980, a RDA vinha implantando seu próprio modelo de reformas econômicas. No seu modelo político, entretanto, manteve a rigidez até o divórcio entre a sociedade e os dirigentes do Estado, manifestado, claramente, durante o outono de 1989. Ainda assim, está evidente que os dirigentes dos movimentos civis de oposição da RDA lutavam por reformas políticas dentro do seu próprio Estado, e não por sua liquidação. (FLACH, 2009, p.41).

Com o estado de saúde abalado e pressionado tanto interna como externamente pelos companheiros de PCUS, as ordens de Honecker foram para enfrentar a população revoltosa, com força se fosse necessário:

Camaradas: de agora em diante se trata de uma guerra de classes [sociais]. Hoje [9.10.1989] tudo será decidido: ou eles ou nós. A vigilância de classe é essencial. Se os cassetetes não são suficientes, usem as armas de fogo. [Se vocês encontrarem crianças], isso é ruim para eles. Nós temos as armas, e não as temos em vão! (KRAMER, APUD ÁVILA, 2013, p.97).

Essas condicionantes colocaram Honecker e o partido numa delicada

encruzilhada com três) opções: (1) Negociar com a oposição, procurando-se uma saída democrática; (2) Reprimir a oposição e/ou (3) Derrubar Honecker com golpe palaciano para impor um acelerado programa de reformas segundo o modelo Gorbachevista.(ÁVILA, 2010, p. 96).

Em 17 de outubro de 1989, foi anunciada a renúncia de Honecker sob argumentos de que o mesmo enfrentava questões de saúde. Coube a Egon Krenz, como então chefe de Estado da Câmara do Povo (parlamento da RDA), decretar a liberdade de ir e vir por entre as fronteiras germânicas e aceitar a queda do muro. Segundo Elmir Flach (2009, p.43):

(...) o que liga as lideranças dos grupos de oposição – e os movimentos de massa desencadeados por meio deles – à unificação alemã é o fato de terem ocasionado a instabilidade política e a queda dos dirigentes do seu Estado, com o apoio tácito ou ativo de Moscou, e sob o aplauso ruidoso da mídia ocidental. Porém isso não esconde o fato de que, na prática, o seu movimento tenha sido politicamente usado pelos seus próprios adversários no processo político-eleitoral que se seguiu. Efetivamente, com o colapso político do regime, em outubro-novembro de 1989, abriu-se o caminho para a reconquista da RDA oportunamente percorrido pelas forças econômicas e ideológicas, assim como pelas estruturas do Estado da RFA.

Vale destacar que, no início de 1989, a população não esperava que, ao fim do ano, o país tivesse passado pelas transformações que ocorreriam. Quando a população saiu às ruas para protestar, o desejo era por reformas mais acentuadas e não o fim do regime. Entretanto, o SED, com sua extensa ala conservadora, se manteve firme contra qualquer tipo de alteração o que acirrou o clima de revolta. O assunto da Unificação só surgiu na pauta de reivindicações populares quando as pressões por parte de representantes políticos da RFA, principalmente Helmut Kohl, se tornaram constantes na mídia.

Poucos dias após a abertura das fronteiras, no começo de dezembro, Egon Krenz foi substituído por Hans Modrow como Primeiro Secretário do Partido e líder da RDA.

Quando [Hans Modrow] assumiu o cargo de ministro-presidente da RDA (...) a RDA vinha implantando seu próprio modelo de reformas econômicas. No seu modelo político, entretanto, manteve a rigidez até o divórcio entre a sociedade e os dirigentes do Estado, manifestado, claramente, durante o outono de 1989. Ainda assim, está evidente que os dirigentes dos movimentos civis de oposição da RDA lutavam por reformas políticas dentro do seu próprio Estado, e não por sua liquidação. Cabe observar que a ruptura súbita de 1989 foi antecedida por vários anos de elogios da mídia ocidental a Gorbachev e do estímulo indireto da própria liderança da URSS às atividades

oposicionistas nos países do bloco, inclusive na RDA (BANDEIRA, 2000, p.164).

Entretanto, milhares de pessoas se utilizaram da abertura das fronteiras da Hungria para emigrar para a RFA. Inicialmente, se dirigiam para a embaixada da Alemanha Federal, o passo seguinte era seguirem para a RFA.

Em 1989, pelo menos 225.223 pessoas haviam passado da RDA para a RFA através da Hungria, Tchecoslováquia e Polônia e o êxodo não cessava. (...) Em apenas uma noite, de 8 para 9 de novembro, cerca de 8000 pessoas abandonaram a RDA (BANDEIRA, 2000, p.102).

Essa migração e a crise política fizeram com que membros remanescentes do governo Honecker no Politburo abrissem mão de seus cargos. A diretiva era que as vagas deveriam ser preenchidas por políticos reformistas, da ala gorbachevista.

O novo representante maior da RDA, nos dias que se seguiram à sua posse, tomou uma série de medidas, entre elas: (1) anúncio do novo gabinete de governo; (2) reestruturação das forças armadas e das agências de segurança do Estado; (3) instauração da comissão de constituição e inquérito; (4) reformas constitucionais; (5) formação de uma mesa redonda com setores da oposição (BANDEIRA, 2000, p.100). Dessas, a auto proclamada, maior conquista foi a última que resultou em um acordo com a oposição para que ocorressem, em 1990, eleições livres.

Por sua vez, em 28 de novembro de 1989, Kohl lançou o seu conhecido “Programa de Dez Pontos”. Ao saber da abertura das fronteiras, o chanceler comemorou o enfraquecimento do SED, pois, com isso, ele daria início aos seus movimentos em prol da unificação do país¹⁰. Kohl tinha consciência de quão complexos seriam os movimentos em função da unificação, pois esses teriam que ser orquestrados juntamente com o partido da sua coalização, a saber CDU (*Christian Democratic Union of Germany*) – CSU (*Christian Social Union*) – FDP (*Free Democratic Party*), e com a oposição, tendo como principal expoente Oskar Lafontaine do SPD (*Social Democratic Party of Germany*), bem como os partidos menores do seu país, o SED (*Socialist Unity Party of Germany*) e a oposição da RDA. (BANDEIRA, 2000)

Ainda nesse contexto, teria que negociar com os vencedores da Segunda Guerra que ainda detinham poder tanto sobre a RDA, no caso da URSS, como sobre a RFA, no caso de EUA, Inglaterra e França.

O Programa de Dez Pontos de Kohl a ser analisado a seguir, assumiu o papel

¹⁰ Cabe salientar que Kohl se autoproclamava “herdeiro político de Adenauer” e com isso, defendia como seu antecessor, a absorção da RDA pela RFA.

direcionador dos acontecimentos posteriores em toda a Alemanha. Pela primeira vez, em novembro, em Leipzig, as manifestações reivindicavam a unificação da Alemanha com o grito de “*wir sind ein volk11*”.

Gorbachev admitiu surpresa com o anúncio feito por Kohl e fez críticas à posição do chanceler alemão em reunião com o Ministro das Relações Exteriores Hans-Dietrich Genscher, segundo ele:

A verdade é que ambos os Estados alemães são soberanos e independentes. Isso foi decidido pela história. A fim de permanecer realistas, devemos supor que a história vai decidir o destino e os processos que ocorrem no continente em geral, e, assim, determinar o lugar e as funções destes dois estados. Um processo pan-europeu em andamento. Queremos projetar uma nova Europa e construir uma casa comum europeia. Isso requer confiança. As relações entre os dois Estados alemães devem se desenvolver neste âmbito. Eles, obviamente, se tornarão mais próximos. Mas todos esses processos precisam seguir o seu curso normal. Qualquer aceleração artificial só vai complicar ou onerar as mudanças significativas que estão ocorrendo no desenvolvimento dos estados europeus, isto é, em uma área central na política global. Eu acho que qualquer tipo de aceleração artificial não seria do interesse do povo de um ou outro estado alemão. Os dois estados alemães precisam reajustar suas relações precisamente no contexto da busca da estabilidade, com base no equilíbrio e respeito mútuo. [. . .] O que está acontecendo aqui, entretanto, é o oposto. Ontem, o chanceler Kohl declarou – sem demonstrar muito tato – que o Presidente Bush apoia a ideia de uma confederação. O que isso significa? O que é uma confederação? Uma confederação pressupõe uma defesa unificada, uma política externa unificada. Onde estará a RFA – na OTAN? No Pacto de Varsóvia? Ou será neutra? Mas o que seria a OTAN sem a RFA? Como as coisas se desenvolverão? Você já pensou sobre tudo isso? E sobre os acordos que existem entre nós dois? Que tipo de política é essa?¹²

Pode-se afirmar que tal surpresa e, até certo ponto, revolta de Gorbachev em relação à atitude do chanceler alemão se justificam na medida em que, ao contrário do que almejava Gorbachev, os movimentos do chanceler da RFA minavam a sua tentativa de usar a RDA como moeda de troca:

A política externa formulada e implementada pelos novos dirigentes do Estado Soviético em relação aos Estados alemães, principalmente a partir do segundo semestre de 1988, foi criando as condições objetivas para a unificação alemã. Os soviéticos buscaram desvincular-se consciente e progressivamente do seu principal parceiro de bloco, a República Democrática Alemã, na mesma medida em que direcionaram seus esforços diplomáticos à aproximação com a Europa Ocidental, optando pela República Federal da Alemanha como seu

11 “*Nós somos um povo*” ao invés de *Wir sind das volk* – “*nós somos o povo*”, frase usada anteriormente.

12 Documento disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/docpage.cfm?docpage_id=3234, acessado em 22-01-2016. (tradução das autoras)

interlocutor privilegiado. Em troca da transição política controlada no Leste, o Estado soviético buscava ser admitido como parceiro na Europa Ocidental, no sentido de aí obter os meios para reformar a própria economia soviética. Para tanto, A URSS procurou usar o Leste europeu e especialmente a RDA como trunfo de negociação com o Ocidente. (FLACH, 2009, p.41)

Em 19 de dezembro, Kohl visitou Dresden, uma das cidades em que vinham ocorrendo contínuas manifestações, e foi recebido pela população com status de salvador. Na ocasião declarou:

(...) E queridos amigos, por todos nós na Republica Federal, autodeterminação também significa que nós respeitamos sua opinião. Nós não queremos - e não vamos - impor nossa vontade a ninguém. Nós respeitamos sua decisão considerando o futuro do país. [...] Nós não abandonaremos nossos compatriotas na RDA. E nós sabemos - e deixe-me dizer entre o entusiasmo que eu estou tão orgulhoso de experimentar aqui - quão difícil este caminho para o futuro será. Mas me deixe também falar para você: juntos nós vamos prosperar nesse caminho rumo à Alemanha do futuro (...) (KOHL, 2005, p. 1020, tradução das autoras):

Como argumentos, o Kohl, enfatizava os benefícios do Sistema Social de Mercado e as condições não favoráveis, de acordo com o padrão capitalista, na Alemanha socialista para promover a unificação. Adicionalmente, contribuíram com a questão, as somas de capital enviadas da RFA para a URSS como forma de busca por apoio dos soviets para a causa.

A Queda do Muro de Berlim

A partir da saída de Honecker do poder em outubro de 1989, a sucessão de eventos tornou-se intensa e a cada dia tinha-se um acontecimento determinante. Com a renúncia, assumiu o pupilo e herdeiro do ex-primeiro ministro, Egonz Krenz, que não detinha muito prestígio nem com Moscou e nem com o povo que se aglomerava nas principais cidades da Alemanha Democrática:

(...) em 4 de novembro de 1989, uma inédita manifestação de 500 000 pessoas expressou seu repúdio diante do regime comunista. Os manifestantes eram homens e mulheres do povo, intelectuais, e até membros reformistas (ou gorbachovistas) do próprio governo, dentre outros (KOHL, 2005, p.1023, tradução das autoras).

Em uma tentativa de resposta à fuga que se dava desde a abertura das

fronteiras húngaras com a RFA, o governo decidiu liberar as fronteiras da RDA com a RFA. Tal medida deveria entrar em vigor as oito horas do dia 10 de novembro. Mas, ao ser interpelado sobre quando a lei entraria em vigor, o representante do SED, Günter Schabowski, durante uma entrevista à imprensa, respondeu, erroneamente, que pelo que sabia, a lei estava valendo imediatamente. O Muro, que impedia o livre tráfego de pessoas entre a RDA e a RFA, havia sido derrubado e esse fato antecipou alguns acontecimentos na RDA.

Cabe observar que a ruptura súbita de 1989 foi antecedida por vários anos de elogios da mídia ocidental a Gorbachev e do estímulo indireto da própria liderança da URSS às atividades oposicionistas nos países do bloco, inclusive na RDA (FLACH, 2009, p.41).

O muro físico foi derrubado, porém o muro no psicológico dos alemães estava cada vez mais fortalecido (KITCHEN, 2013). Alguns estereótipos tratam de manter a divisão dos Estados até hoje: 1) Duas versões diferentes nas mentes das pessoas acerca de história; 2) dois sistemas políticos distintos; e 3) duas sociedades distintas¹³. Os primeiro e o segundo estereótipos tratam do processo de interpretação da história por parte dos alemães em cada lado do país, enquanto os alemães da RDA culpabilizavam Hitler e os nazistas pela catástrofe causada pela Segunda Guerra Mundial, os alemães da RFA, condenavam o nazismo, mas, mais que isso, demonizavam o “Comunismo” da URSS e o colocava em igualdade de responsabilidade. O terceiro estereótipo engloba as distinções quanto a formação da sociedade como um todo.

A população alemã ocidental tinham uma visão deturpada e simplista de que os alemães orientais não eram nada mais que adoradores de Marx, atrasados cultural e tecnologicamente. Enquanto os alemães da RDA nutriam curiosidade acerca da vida na RFA, da cultura, da tecnologia, da economia.

Reparações da Segunda Guerra Mundial

Em fevereiro de 1990, quando o então Ministro-Presidente da RDA Hans Modrow visitou Bonn, ele foi apresentado ao estudo denominado de “Iniciativa de

¹³ Para ANDERSON (2009,p.57) “(...) a implantação do Capitalismo no Oriente foi sentido mais como uma colonização do que uma incorporação. Esse argumento se justifica, pois uma pesquisa realizada no verão de 1990 demonstrou que 75% dos alemães da RDA se consideravam cidadãos de segunda classe e cinco anos após a reunificação, dois terços afirmavam que tinham orgulho da vida que tinham na antiga República democrática”.

Bremen”. A intenção era:

(...) quantificar um dos elementos centrais que determinou, pela raiz, a diferente situação econômica de 1989 nos dois Estados alemães. A saber, a desigualdade no pagamento das indenizações depois da guerra promovida pela Großdeutschland nazista (FLACH, 2009, p.43)

Deve-se então realizar um retrospecto a respeito das indenizações de guerra, no momento posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial. Com a iminência da unificação alemã, muitas hipóteses acerca das causas da falência do regime socialista na RDA surgiram, principalmente de estudiosos ocidentais ressaltando a superioridade do capitalismo ante o seu antagonista. Isto posto, a Iniciativa de Bremen foi a tentativa mais próxima da realidade para expôr não a superioridade do capitalismo, mas sim as diferenças no *modus operandos* no início da RDA e da RFA como estado.

O princípio básico do estudo era de que, seu território envolvido por completo na guerra, a Alemanha deveria arcar com os custos de reparações de modo equiparado. Como, chegado o final da II Guerra Mundial, a Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação, os valores referentes as reparações então deveriam ser divididos em quatro partes de acordo com suas populações:

Segundo o documento, a Agência Interaliada de Reparações (IARA) quantificou as reparações pagas pelas três zonas de ocupação ocidentais em US\$ 517 milhões ao câmbio de 1938, o que corresponderia a 2,16 bilhões de DM ao câmbio de 31 de dezembro de 1953, data em que foram oficialmente encerradas. De outra parte, segundo o cálculo do próprio Ministério do Interior da RFA, em 1985, as reparações da zona de ocupação soviética teriam somado 66,4 bilhões de Reichsmark de 1944, correspondentes a 99,14 bilhões de DM de 1953 (97,94% do total). (FLACH, 2009, p.54)

Ao partir do princípio básico, para a quantificação das reparações, o câmbio fora trazido para um ano diferente para cada estado. Para as três zonas de ocupação da RFA, ao câmbio de 1938, um ano antes da guerra começar, e para a zona de ocupação soviética, o câmbio foi trazido para 1944, ano do encerramento do conflito bélico. Assim, a RDA arcou, segundo o cálculo do Ministério do Interior da RFA, com 97,94% do total. Se os valores tivessem sido aplicados conforme o total da população:

O total de 101,223 bilhões de DM pagos pelas quatro zonas de ocupação, uma vez distribuído aos 67,8 milhões de alemães de 1953, teria significado uma reparação de DM 1.494,86 per capita. Dessa forma, à RFA com seus 49,8 milhões de habitantes de 1953, teriam correspondido 74,4 bilhões de DM, dos quais ela pagou apenas 2,16 bilhões de DM. Dessa diferença é obtido o valor do Lastenausgleich (a equiparação devida à RDA) de 31.12.1953: exatos 72.228.375.856 DM. De acordo com os cálculos do Deutsche Bundesbank, os 72,2 bilhões de DM de 1953, corrigidos, corresponderiam a uma soma de

211,4 bilhões de DM de 1989, tendo por base o custo de vida. Convertidos pelo índice de custos da construção civil, seriam 482,3 bilhões de DM. Ainda de outra forma, considerando-se apenas a taxa de juros do Bundesbank, de 6,625% cobrada à RDA pelos empréstimos de 1983 a 1988, a cifra de 1953 ter-se-ia transformado em 727.165.791.041 DM ao final de 1989. E isso sem considerar a inflação. (FLACH, 2009, p.54)

Esses cálculos foram considerados de modo nominal de acordo com os autores do estudo,

(...) caso fossem considerados outros danos à economia da RDA, causados pela retenção injustificada da equiparação, ou se fosse levado em conta o fato de que a economia da RFA se desenvolveu no pós-guerra, à custa da drenagem de mão-de-obra formada na RDA, teria de haver novos fatores de multiplicação. (FLACH 2009, p.59)

O estudo então propunha a criação de uma comissão interalemã para delinear todos os cálculos:

A soma de 727,2 bilhões de DM levantada pelos autores do documento adquiria maior relevância por sua precisão quanto a diversos estudos produzidos por outros institutos de pesquisa e publicações especializadas. Note-se que, naquelas semanas, outros pesquisadores, coincidentemente, avaliavam os custos de saneamento econômico da RDA (para adequá-la ao molde ocidental) entre 500 e 900 bilhões de DM. Finalmente, o estudo serve para evitar conclusões precipitadas a respeito de “falhas inerentes” à economia da RDA e do socialismo em geral. Agrega-se o fato de que, além de pagar valor irrisório (2,06%) em reparações, como vimos, a RFA foi beneficiária do Plano Marshall, desequilibrando ainda mais os termos da equação. E a “Iniciativa de Bremen” ajuda a compreender que o desnível econômico entre os dois países tem suas raízes profundamente lançadas nessa arrancada inicial. Projetado no tempo, esse desnível revelou-se cada vez mais acentuado, combinado com a escassez de recursos naturais, econômicos e financeiros, capazes de viabilizar investimentos e produção de riquezas (FLACH 2009, p.58).

Segundo Elmir Flach (2009), mesmo com todos os custos que o governo da RFA pudesse vir a ter com a unificação, esses valores não se comparam às chamadas reparações de guerra, onde a República Democrática Alemã se responsabilizou quase que totalmente pelos pagamentos aos quatro vencedores.

Ambiente Político e Institucional

O processo de unificação se acelerou quando ocorreram as eleições, em 18 de março de 1990. Nesse momento específico, os partidos políticos deram apoio maciço

aos seus correspondentes no território da Alemanha Democrática. Os candidatos apoiados por Kohl ganharam e a Aliança pela Alemanha auferiu 198 acentos no Parlamento. Ainda nesse contexto, Lothar de Maizière foi eleito Primeiro Ministro, permanecendo no cargo até que a unificação se concretizasse, em 3 de outubro de 1990.

A partir do resultado das eleições, com a vitória da CDU-oriental, ficou claro que a maioria da população, induzida pelos movimentos políticos tanto nas mídias quanto nas declarações de políticos da RFA, apoiava as propostas de Kohl e desejava a anexação da RDA pela RFA. Assim, essa foi uma das variáveis desequilibradoras das discussões tanto sobre a unificação, como sobre a participação da RFA como membro da OTAN pós unificada. As conversações que, inicialmente, eram conhecidas como sendo 2+4, na prática, se tornaram 5+1:

(...) a participação da Alemanha unificada na OTAN continuou a configurar uma dificuldade não resolvida para a URSS, embora Gorbachev estivesse consciente de que mais valia consolidar um bom relacionamento com a RFA, que se tornara o principal parceiro comercial da URSS no Ocidente, conquistar-lhe a confiança política e obter sua cooperação econômica do que conservar a RDA sobre a qual perdera efetivamente o controle.(BANDEIRA, 2000, p.175)

Esse impasse se seguiu até julho, quando Kohl aprovou um programa de assistência econômica para a URSS, que direcionou quantias em torno de 15 a 20 bilhões de DM apacando os ânimos soviéticos (BANDEIRA, 2000, p.175).

A ideia inicial da “unidade alemã” era financiar a infraestrutura dos novos estados alemães com o valor arrecadado com as privatizações das empresas estatais. Nesse sentido, em 1990, foi criada a Trust Agency para organizar a privatização das empresas da antiga RDA. Inúmeros golpes foram registrados, em que as empresas eram vendidas abaixo do preço de mercado, alemães ocidentais adquiriam-nas, recebiam os subsídios e logo em seguida decretavam falência. Esses fatos somados à não concretização do boom econômico prometido por Kohl fizeram com que questionamentos surgissem acerca da confiabilidade e do rumo que o processo tomava.

O processo de unificação se acelerou quando ocorreram as eleições, em 18 de março de 1990. Nesse momento específico, os partidos políticos deram apoio maciço aos seus correspondentes no território da Alemanha Democrática. Os candidatos apoiados por Kohl ganharam e a Aliança pela Alemanha auferiu 198 acentos no Parlamento. Ainda nesse contexto, Lothar de Maizière foi eleito Primeiro Ministro que ficaria no cargo até que a unificação se concretizasse, em 3 de outubro de 1990. A partir

do resultado das eleições, com a vitória da CDU-oriental, ficou claro que a maioria da população induzida pelos movimentos políticos tanto nas mídias quanto nas declarações de políticos da RFA, apoiava as propostas de Kohl e desejava a anexação da RDA pela RFA, desse modo, essa foi uma das variáveis desequilibradoras das discussões tanto sobre a unificação, como sobre a participação da RFA como membro da OTAN pós unificada.

Reações externas

Na RFA, enquanto Helmut Kohl apostava alto na unificação, o partido de oposição, o SPD, mantinha uma linha mais conservadora. Oskar Lafontaine defendia um posicionamento contrário à unificação, declarando que seria a mesma mentira de sempre, porém foi excluído das decisões e mantido sem apoio pela ala do partido que via na unificação uma chance de auferir ganhos eleitorais com a prometida eleição democrática nos cinco estados que compunham a RDA.

Entre os países do ocidente, França e Inglaterra nutriam temores diante da perspectiva de uma Alemanha grande, economicamente forte e posicionada geograficamente no centro do continente europeu. Na Inglaterra:

Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica, opôs-se à ideia de unificação, por medo do ressurgimento do nacionalismo alemão e uma política externa agressiva no continente. Documentos secretos que vieram a público em 2012 revelaram conversas não oficiais entre ela e Gorbatchev, onde pedia a intervenção soviética para impedir o processo. O Reino Unido só alterou a sua posição após pressão direta do governo norte-americano, e o estreitamento da relação Londres-Washington foi aceito como forma de contrabalançar o inevitável acréscimo do poderio alemão (PREVIDELLI, 2014, p.67).

Os dois países tentaram, se não impedir, acompanhar de perto o processo e garantir com isso que a unificação respeitaria certas condições que possibilitassem um maior controle dos resultados.

A posição francesa era de resistência:

O Presidente François Mitterrand não escondeu sua aversão à ideia de uma Alemanha unificada e do papel político relevante que tal país assumiria no espaço Euro-atlântico, já que isso seria sempre feito à custa do poder da França. No entanto, a maioria dos autores considera que a França somente aceitou a unificação alemã quando o governo de Kohl concordou com a União

Econômica e Monetária. Desse modo, uma Alemanha forte era desejável desde que dentro da integração europeia. Para Paris, *"a única coisa pior do que a dominação pela Alemanha dentro da CEE seria a dominação alemã fora da CEE"*.(PREVIDELLI, 2014, p.67)

O outro país capitalista vencedor da Segunda Guerra Mundial, os EUA, prometeram apoio, se e somente se, a Alemanha unificada fosse membro da OTAN, renunciando à posição de neutralidade que havia sido cogitada pelo ministro de relações exteriores Mazière. Além do interesse militar no território alemão, os estadunidenses apoiavam a unificação com interesses de reduzir os seus gastos militares na Europa.

De acordo com analistas dos eventos:

A ocasião para o desencadeamento da campanha de unificação apresentou-se ao Chanceler da RFA, Helmut Kohl, por meio de um nonpaper soviético, perigosamente manipulado em Bonn. Em nosso estudo, procuramos elucidar de que modo esse episódio serviu como catalisador da perda de controle dos soviéticos sobre os acontecimentos. Concomitantemente, as grandes empresas e o governo da RFA desencadearam a aceleração do processo político-econômico que conduziu à unificação monetária em 30 de junho, e à posterior anexação territorial e institucional, em 03 de outubro de 1990. Deve-se compreender que a explicação plausível para a rapidez desses fenômenos é o efeito combinado dos dois principais campos de força externos à RDA que puseram em marcha a unificação e determinaram o seu ritmo: a política soviética de usar este pequeno país como moeda de troca em sua Europapolitik, combinada com a ofensiva dos políticos da RFA, com destaque para a coalizão governante CDU-FDP, sobre a RDA. Como força determinante, o principal desses vetores terá sido o “Novo Pensamento” dos dirigentes soviéticos. Como segundo vetor, as forças políticas conservadoras do Chanceler Helmut Kohl, que, diante das condições objetivas favoráveis, conseguiram fazer coincidir o seu próprio interesse eleitoral com o pretense interesse nacional da RFA e, logo a seguir, anexaram a RDA. Em consequência, o projeto soviético de atenuação controlada da Guerra Fria, incluindo a transição política gradual no Leste europeu, resultou totalmente turvado. A Polônia e a Hungria já estavam submetidas a novos governos desde o começo de 1989, avidamente pró-ocidentais. Ou, como diria Etienne de La Boétie, em plena “servidão voluntária” aos Estados Unidos (FLACH, 2009, p.40).

Quanto aos países do Leste, alinhados até então com a URSS, envolvidos em seu próprio processo de transformação, apoiavam e faziam campanha em prol do processo, pois eles mesmos tinham interesses em se desvincular do socialismo e viam o processo que acontecia na RDA como um sinal de que era hora de mudar os rumos do pós-guerra.

Tratados e acordos

O processo de unificação dos territórios alemães gerou a elaboração e assinatura de diversos tratados e acordos conforme se analisa a seguir.

O Programa de Dez Pontos de Helmut Kohl

A proposta apresentada por Kohl no dia 28 de novembro de 1989 ao *Bundestag* visava nortear o processo que incluiria os cinco estados da RDA no território da RFA. Assim seus pontos principais eram:

(1) Auxílio médico do governo para os refugiados e turistas; (2) O governo federal vai continuar, agora como antes, a cooperar com a RDA em todas as áreas que beneficiem diretamente as pessoas de ambos os lados; (3) Apoio será dado desde que a oposição aceite as condições para um novo governo e uma nova constituição; (4) Cooperação entre os Estados “ocidentais e orientais” para o bem Alemão; (5) Governo democraticamente legitimado na RDA. (6) O desenvolvimento das relações interalemã permanece incorporado no processo pan-europeu, ou seja, no âmbito das relações Leste-Oeste; (7) A atração e a apelação da Comunidade Europeia são, e permanecerão, uma constante decisiva do desenvolvimento pan-europeu; (8) Progresso de uma instituição comum para a coordenação da cooperação econômica Oeste-Leste; (9) Superar a divisão da Europa e a divisão da Alemanha requer o desarmamento e controle de armas; (10) Reunificação - ou seja, recuperar a unidade do Estado da Alemanha - continua a ser o objetivo político do governo federal (KOHL, 1989, p.101).

Em contrapartida, a principal exigência era que a RDA deveria aceitar um governo democraticamente eleito. A intenção era a incorporação da RDA ao território da RFA, bem como, futuramente, a integração europeia, nos moldes de uma união econômica e monetária da Europa, que viria a ocorrer em 1992 com a Alemanha já unificada¹⁴.

O Tratado de Estado entre a RFA e a RDA e a criação de uma União monetária, econômica e Social (18 de maio de 1990)

Conhecido como “União econômica, monetária e social”, este tratado foi negociado pelas duas Alemanhas em maio de 1990 e suas principais características são:

1) conversão de todos os pagamentos correntes a uma taxa de câmbio de M (M / DM), mantendo-se aproximadamente o poder

14 Vale lembrar que a RFA já fazia parte dos projetos de construção do bloco europeu desde 1952 com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço criada em 1952.

- de compra passado;
- 2) conversão de todas as reivindicações e passivos monetários em aberto em 2:1, com exceção de uma quota per capita de poupança, convertido em 1: 1;
 - 3) adoção, por parte da RDA, da Economia de Mercado, baseada na economia privada;
 - 4) introdução de um ambiente jurídico e regulamentar comum, com base nas leis da República Federal;
 - 5) introdução das principais características das políticas sociais da Alemanha Ocidental, incluindo a negociação coletiva livre, aposentadoria integral, seguro médico e de desemprego, e participação dos trabalhadores nos órgãos da sociedade (POHL,1991, p.10 – tradução das autoras).

A união política se deu por meio de pequenas alterações nas leis vigentes da República Federal. Assim, foi consolidada através de um acordo complementar (conhecido como Tratado dois mais quatro) lavrado com EUA, Inglaterra, França e URSS, que garantia a Alemanha como território soberano.

A Agência de Tutela¹⁵ criada pelo governo para coordenar todo o processo de compra, venda, desapropriação e afins, seria regida pelo artigo segundo dessa lei.

Tratado de Unificação (1 de julho de 1990)

O tratado de unificação foi o resultado de intensas negociações entre a RDA e a RFA. Nele, foi revista a reorganização dos distritos administrativos da RDA em cinco estados federais [Bundesländer] que iriam aderir à RFA, nos termos do artigo 23 da Lei Básica. O tratado também dirigiu uma série de questões legais e financeiras resultantes da introdução de estruturas políticas, econômicas e sociais da República Federal nos novos estados orientais¹⁶.

Através do Tratado de Unificação entre a República Federal e a República Democrática, sancionado em 1º de julho de 1990, o marco alemão ocidental tornou-se a moeda oficial com o abandono do *Ostmark* pela RDA. Um mercado comum alemão foi criado com a remoção de todas as barreiras ao comércio entre os dois Estados, liberando o fluxo de bens, serviços e capitais entre ambos (BEREND, 1998, p.112).

¹⁵ Em alemão *Treuhandanstalt* conduziu a privatização da economia dos cinco novos estados. Nos primeiros anos da unificação, especialmente até 1993, foram registrados inúmeros golpes dados no sentido da compra de empresas da RDA com incentivo do governo a preços muito aquém do nível considerado de mercado. Esses compradores decretavam falência em pouco tempo e os valores recebidos eram empregados nas empresas dos antigos estados. (ZAWILSKA-FLORCZUQ, CIECHANOWICZ, 2011)

¹⁶ Conforme documento disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=78, acessado em 22-02-2016 (tradução das autoras).

Além das questões relativas à unificação, foi exaltado no preâmbulo que a unificação dos dois estados visava “*Seeking through German unity to contribute to the unification of Europe and to the building of a peaceful European order in which borders no longer divide and which ensures that all European nations can live together in a spirit of mutual trust*” (BEREND, 1998, p.112). Mediante isso, é notório a troca imposta, principalmente pelos dois grandes europeus, Inglaterra e França, entre a unificação alemã e a condução da unificação europeia. A respeito, Helmut Kohl declarou que:

[...] por um lado, a intenção de respeitar a vontade da população da RDA, qualquer que ela fosse. Por outro lado, reconheceu que uma unidade alemã só seria possível "numa casa europeia". A unidade alemã e do continente eram, portanto, dois lados de uma mesma moeda.¹⁷

O Tratado de Unificação abrangeu diversas questões, desde o estabelecimento do feriado de 3 de outubro como Dia da Unidade Alemã, a questões relativas ao Trabalho, Assistência Social, Família, Mulheres, Saúde Pública e Proteção Ambiental. Esse Tratado foi complementar ao Tratado de Estado entre a RFA e a RDA e a criação de uma União monetária, econômica e Social, assinado em maio e, basicamente, reitera àquilo que fora decidido três meses antes.

Tratado Dois Mais Quatro (12 de setembro de 1990)

Segundo Moniz Bandeira (2000, p.172-173), as negociações entre os seis países – Estados Unidos da América, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Inglaterra, França, República Federal da Alemanha e República Democrática da Alemanha - começaram em 14 de março de 1990, 4 dias antes das primeiras eleições livres na RDA.

Os ministros das Relações Exteriores dos seis Estados reuniram-se em Bonn, com o objetivo de equacionar, sob os aspectos internacionais, a questão da Alemanha, cuja reunificação, da forma como se configurava, acarretaria a modificação de toda a arquitetura política e militar e a ruptura do equilíbrio de forças, alcançado durante a Guerra Fria, nas relações Leste-Oeste. E as dificuldades para encontrar uma solução que atendesse às conveniências da URSS e contemplasse seus interesses de segurança se afiguravam insuperáveis. A maior consistia, principalmente, em resolver o *Status* internacional da Alemanha Reunificada e seu alinhamento no quadro das relações, Leste-Oeste, dado que a RDA pertencia ao Pacto de Varsóvia e a RFA, à OTAN, e os dois Estados até então desempenhavam papéis estratégicos na Guerra Fria. Os EUA, sobretudo, somente apoiavam a reunificação

17 Discurso disponível em <http://www.dw.com/pt/lapso-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-derrubou-muro-de-berlim/a-4866818>, acessado em 22-02-2016

sob a condição de que a Alemanha unificada continuasse como membro da OTAN e não aceitavam sequer que adotasse um *status* semelhante ao da França, que se mantinha dentro daquela aliança sem participar de sua estrutura militar.

As discussões referentes à soberania alemã, por meio desse tratado de estado entre os 6, só teve seu desfecho mediante promessas de ajuda financeira dada por Kohl, conforme citado anteriormente, além da confirmação da percepção de Gorbachev de que não conseguiria auferir grandes conquistas uma vez que já havia aberto mão da condução ativa dos países do bloco soviético. Adicionalmente, pesou a adesão da população da RDA à causa da unificação, justificando que se afirme que o tratado envolveu não dois mais quatro países, e sim cinco mais um. Em seus artigos 1º e 3º ficou acertado que:

Artigo 1: (1) A união Alemã deve incluir o território da República Federal da Alemanha, a República Democrática da Alemanha e Berlim por inteiro. As fronteiras externas devem ser as fronteiras entre República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã e deve ser definitivo desde o dia em que o presente acordo entrar em vigor. A confirmação da definitiva natureza das fronteiras da União Alemã é um elemento essencial para a pacificação da Europa (...).
Artigo 3: (1) O governo da República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã reafirmam sua renúncia da manufatura, posse e controle sobre as armas nucleares, químicas e biológicas. Eles declaram que a União Alemã, também, vai abdicar desses compromissos. Em particular, direitos e obrigações oriundas do tratado de não proliferação de armas nucleares de 01 de julho de 1968 continuará a ser aplicada a União Alemã (...)¹⁸

Nos artigos acima citados, é explicitado que, mediante o tratado assinado, a soberania alemã se daria apenas ao seu território recém ordenado, com suas novas fronteiras geográficas, porém, isso não se daria por meio de fabricação de armamento nuclear.

Adicionalmente, ficou acordado que as forças de ocupação soviéticas seriam removidas do território da RDA até o ano de 1994, bem como que a única força militar a ocupar os cinco novos estados partiria da República Federal e de nenhum outro estado.

Por fim, foi encerrado o direito acertado no fim da Segunda Guerra Mundial das potências vencedoras, EUA, Inglaterra, França e URSS, sobre o território da Alemanha unificado no artigo 7º do presente tratado.

Acordo Gorbachev-Kohl (nas montanhas do Cáucaso, entre 15 e 17 de julho de

¹⁸ Documento disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=176. Acesso em 19/11/2015 (tradução das autoras).

1990)

Em julho de 1990, foi realizada uma reunião entre o representante soviético, Mikhail Gorbachev e o representante da Alemanha Federal, Helmut Kohl nas montanhas do Cáucaso, onde foi sacramentado um acordo em que a Alemanha unificada se comprometia em manter relações financeiras e políticas estreitas com a URSS após a consolidação da unificação dos dois estados.

Somente quando todas as tropas soviéticas deixassem o território dos cinco novos estados, ou seja, até o final de 1994, estes seriam incluídos na OTAN e ficou acordado entre eles que, a partir desse acordo, as unidades das *Bundeswehr*, as forças armadas alemãs, poderiam se manter nos cinco novos estados como força militar.

Enquanto as tropas da URSS não fossem retiradas em seu todo do território da RDA, as tropas dos EUA, França e Inglaterra também não o seriam do território da RFA. Bem como, a Alemanha unida não poderia produzir e/ou possuir armas nucleares permanecendo como membro do Tratado de não proliferação das mesmas.

Após a consolidação do acordo junto a URSS em julho de 1990, segundo Moniz Bandeira, foi estabelecido o acordo sobre o fim da ocupação do território germano-oriental e a manutenção da Alemanha unificada dentro da OTAN, assinado em setembro de 1990 pelo então representante da Alemanha, Helmut Kohl.

Pacto de solidariedade I (16 de março de 1993)

Em março de 1993, foi assinado pelos representantes do governo federal, bem como dos 16 Länder que compunham a Alemanha, o chamado Pacto de Solidariedade I que entraria em vigor em 1995 e permaneceria até 2004. Este pacto visava substituir o Fundo de Unidade Alemã e promover a formação de vários fundos especiais do governo federal visando impulsionar o desenvolvimento dos cinco novos estados nos moldes de uma economia de mercado.

Adicionalmente, o pacto visava uma sobretaxa de solidariedade que incidiria sobre os antigos estados e a revisão do regime de equalização fiscal do Estado. Em 2001, foi negociado o Pacto de Solidariedade II que entrou em vigor em 2005, mediante o fim do Pacto de Solidariedade I, e terá validade até 2019.

Em 1995, segundo o Pacto, o financiamento dos cinco novos estados seria garantido mediante uma transferência de 55,8 bilhões de DetschMark entre o governo Federal e os novos estados. Desses, a construção de habitações abarcaria a maior parte do montante. O crédito para essas construções seria de 30 bilhões de DetschMark.

Desses, 10 bilhões seriam usados para melhorar blocos de apartamentos pré-fabricados com uma redução da taxa de juros de três pontos percentuais; para os restantes 20 bilhões de marcos, haveria uma redução da taxa de juros de dois pontos percentuais. No tópico 9 do Pacto pode-se observar:

No que diz respeito à introdução da sobretaxa de solidariedade de 7,5% em 1 de Janeiro de 1995, há um consenso de que está prevista uma componente social para além do montante de isenção. O imposto sobre a fortuna privada será aumentada, com um ajustamento do montante isento de 70.000 a 120.000 Marks. Há um consenso de que, como resultado, o governo federal terá um adicional de 28 bilhões de marcos à sua disposição em 1995/19.

É preciso frisar que, os novos estados entrariam com montantes respectivos a sua capacidade de autofinanciamento estatal.

Desdobramentos do processo

O sistema administrativo dos cinco novos Estados foi reformado para se adequar a economia de mercado. A administração vigente na RDA anteriormente foi totalmente desmembrada nos níveis Municipais, Estaduais e Federal, prevalecendo o modelo da República Federal²⁰.

O princípio geral para a adoção da propriedade privada foi de que, sempre que possível, os bens expropriados deveriam ser restituídos aos seus proprietários anteriores. Houveram algumas exceções:

(a) a exclusão de restituição de imóveis desapropriados pelas forças de ocupação soviéticas durante 1945 - 1949 (incluindo propriedades agrícolas, expropriação durante a 1949 “reforma” da terra); (b) a compensação, ao invés da restituição, sempre que a propriedade tiver sido substancialmente alterada (por exemplo, construiu-se), ou tinham sido adquiridos por particulares de boa fé; e (c) a compensação, ao invés da restituição, sempre que a propriedade for necessária para "investimentos essenciais" (negócios, público, habitação), como certificado pelas agências de restituição de bens (POHL, 1991, p.14, tradução das autoras).

Quanto às propriedades do antigo governo da RDA, estas foram destinados aos vários organismos públicos da República Federal. Os serviços postais e de telecomunicações sofreram fusão e os imóveis do Estado foram transferidos para os

19 Documento disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=176. Acesso em 19/11/2015 (tradução das autoras).

20 Em consequência, nos três primeiros anos de sua ocorrência, a produção da Alemanha Oriental foi reduzida à metade do nível de 1990 e 40% dos postos de trabalho desapareceram. (...) Os alemães orientais estão desapontados..., [são] tratados como cidadãos de segunda classe ... seus esforços de toda vida falharam, e a economia do país que já chegou a ser a décima primeira entre os países altamente industrializados – encontra-se em ruínas. (BEREND, 1998, p. 69).

governos locais para uma posterior privatização. Todo o resto, passou a ser de propriedade federal (Parques, florestas e afins).

Todo o passivo do governo da RDA foi transferido para a responsabilidade do governo federal e seria amortizado com a receita proveniente das privatizações das empresas estatais. Os programas de despesas federais foram expandidos para os cinco novos estados, além disso, foram acordados uma série de programas de despesas específicas²¹ para os estados que faziam parte da antiga RDA.

Em relação à moeda, houve argumentação contrária à conversão de 1 Mark para 1 Deutsch Mark, por parte dos políticos, empresas e sociedade na Alemanha Federal. O argumento era de que, em anos anteriores, as relações cambiais entre a RDA e a RFA, principalmente, a nível de empresas e famílias, era de 40 Marks para 4 Deutsch Marks. Se a conversão de 1:1 fosse efetuada, oneraria empresas com dívidas até quatro vezes o valor real das máquinas e equipamentos importados. As empresas industriais da RDA que produziam bens para mercados externos gastaram de quatro a dez marcos orientais nos custos de produção para ganhar marco ocidental nas exportações (BEREND, 1998, p.117).

Na prática então, a conversão ficou da seguinte maneira: 1) salários, pensões, alugueis e outros foram convertidos de 1:1; 2) para todas as reivindicações anteriores dos empresários, a conversão se deu de 2:1; 3) os pagamentos correntes, foram convertidos de 1,8:1. Além de, as poupanças alemãs orientais que somavam cerca de 175 bilhões de marcos orientais foram convertidas sob a razão de 2:1, com isso, aproximadamente, 120 bilhões de marcos ocidentais foram criados da noite para o dia. (BEREND, 1998, p.116)

Para Pohl (1991, p.11), em seu documento para o Banco Mundial:

(...) um subsídio temporário para todos os investimentos em equipamentos (12% em 1991, 8% em 1992), os subsídios temporários de depreciações especiais, a inclusão em programas de apoio regional para investimentos industriais e de alta tecnologia do setor de serviços (até 23% dos custos de investimento, mas limitada pela dotações orçamentais); subsídios de até 90% para os investimentos em infraestrutura do governo local em negócios; programas de crédito a juros baixos para outros investimentos em infraestrutura local; programas de crédito a baixos juros para a modernização da habitação; e financiamento para a assistência ao crescimento de empresas de

21 O maior exemplo desses programas foram os dois Pactos de Solidariedades apresentados anteriormente. O primeiro entrou em vigor em 1994 e durou até 2005, o segundo entrou em vigor em 2005 e seguirá até 2019.

pequeno e médio. 22.

Antes do Tratado de União Econômica, Monetária e Social entrar em vigor, algumas mudanças já haviam sido feitas para permitir as atividades do setor privado, como por exemplo, a privatização de pequenas e médias empresas nacionalizadas em 1972 pelo então governo da RDA e a lei que converteu as empresas estatais em entidades independentes, pertencentes ao fundo do Estado denominado *Treuhandanstalt*. Quanto às privatizações, as controvérsias se deram em torno da discussão sobre o âmbito e os meios da privatização, assim como no que tange a restituição aos antigos proprietários. Foram vendidas cerca de 5.772 empresas do total de 12.900. As mesmas foram entregues ao setor privado, outras 1.274 foram reprivatizadas, 307 entregues aos governos locais e liquidando 2.579. No total, 950 empresas permaneceram sob a administração da *Treuhandanstalt* (BEREND, 1998, p.126-127).

Haviam questionamentos sobre a idoneidade das transações envolvendo as privatizações, nesse sentido, foi criada uma comissão de inquérito no parlamento alemão a fim de investigar casos de corrupção. Em junho de 1993, houve 447 solicitações judiciais de casos de fraude, falsificação e corrupção envolvendo a empresa gestora (BEREND, 1998, p.130). Alguns cidadãos da antiga RDA se queixaram de que a maioria das empresas foram adquiridas por empresários que transformaram as empresas em meras extensões das empresas ocidentais. Algumas medidas foram tomadas para auxiliar a adaptação das empresas ao novo contexto econômico:

As restrições quantitativas temporárias sobre as importações de produtos agrícolas; direitos de importações temporárias sobre determinados bens de consumo duráveis; subsídios ao investimento de 12% para o primeiro ano e 8% para o segundo ano da união econômica; e uma redução do imposto sobre o valor acrescentado pela República Federal para a importação da RDA (BEREND, 1998, p.12).

Os financiamentos estatais foram estimados em 2% do PIB da Alemanha Federal, sem os novos Estados, em 1991, até um ano após a união. O deficit estatal foi projetado para alcançar no total cerca de 52 bilhões de Deutsch Marks, aproximadamente 20% do PIB. Dois terços desse deficit seria financiado por

22 A reforma monetária teve consequências dramáticas para os balanços das instituições financeiras: uma parte substancial das suas responsabilidades foi convertido em 1: 1, enquanto quase todos os ativos foram convertidas em 2: 1, deixando o patrimônio líquido em negativo. Um "fundo de compensação" foi criado para cobrir perdas de valorização decorrentes da conversão de moeda, além de quaisquer deficiências para atender às regras de adequação de capital da Alemanha Ocidental para os bancos. Esses ativos são remunerados e serão amortizados durante um período de 40 anos.

transferências provenientes da República Federal, sendo que a maior parte desse financiamento deveria se originar de um Fundo de Unidade Alemã, que proveria cerca de 115 bilhões de Deutsch Marks entre 1990 e 1994, e um terço, através de financiamento dos governos dos cinco novos Estados (BEREND, 1998, p.12).

O programa de pensões foi fundido em 1991, assim como os seguros de saúde e contra acidentes, com taxas de serviços mais baixas que as praticadas nos antigos estados da RDA. Disposições especiais foram feitas para parciais demissões e aposentadoria antecipada. Desse modo, até o final de 1991, as empresas poderiam demitir trabalhadores que, em seguida, receberiam seguro desemprego. Foram propostos, para que não houvessem muitas demissões, que houvessem férias coletivas e acordos entre novos donos de empresas e os funcionários. Em caso de demissão de funcionário acima de 55 anos, inicialmente era para acima de 57 anos seriam efetuados pagamentos de 65% dos salários líquidos por um período de até 3 anos.

Juntamente a esse Tratado foi divulgada uma lei sobre a privatização e reorganização de propriedade pública (Lei de Tutela) em 17 de junho de 1990 23. Essa lei nada mais era do que a base legal para o governo da RFA transformar a Economia de Estado dos cinco novos estados, numa Economia de Mercado aos moldes do seu novo país.

Nos primeiros anos da década, com os primeiros resultados que não corresponderam às expectativas dos alemães orientais, ressurgiram ideias extremistas e xenófobos por toda a Alemanha unificada. Em certo ponto, foi sugerido que o plano Morgenthau do pós-guerra fosse implementado para transformar os cinco novos estados em área de recreação totalmente desindustrializada (BEREND, 1998, p.70).

Considerações Finais

Pode-se afirmar que o processo de unificação dos territórios alemães foi uma imposição da República Federal Alemã em relação a República Democrática e isso se deu mediante o projeto de integração econômica europeia. A unificação foi uma troca. A RDA seria anexada à Alemanha Federal e, por conseguinte, a Alemanha teria papel determinante no processo de unificação monetária europeia. Tal viria a ocorrer

23 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=3100, acesso em 21-02-2016

posteriormente com o Tratado de Maastricht de 1992. Assim:

Dizer que nada é historicamente inevitável seria responder de modo simplificado à questão sobre a inevitabilidade do colapso da RDA. Objetivamente, o que caracterizava a situação dos alemães orientais era que, à diferença de poloneses ou tchecos, por exemplo, o território que habitavam era cobiçado. As forças políticas e econômicas da RFA estavam interessadas em sua anexação, o que, na realidade, implicaria transportar o arcabouço jurídico e institucional e impô-lo sobre a área e a população incorporada. Para encontrar as razões profundas da queda da RDA de 1989-1990, é necessário que se retorne ao ponto de partida da criação dos Estados alemães e que se compreenda o desenvolvimento histórico do conflito interalemão. Ao mesmo tempo, é preciso compreender os fatores externos à RDA. Porquanto, no período final, não bastassem as dificuldades dos demais países do sistema socialista, os quais eram justamente os destinatários de dois terços da produção exportada da RDA, a própria guinada estratégica da RFA – o seu retorno à política de força de Adenauer – induziu decisivamente a aceleração do colapso. Nesse e em muitos aspectos teve êxito a RFA. Manteve-se economicamente incólume, e saiu ainda mais fortalecida na estrutura da OTAN, privilegiada por uma conjuntura internacional favorável. A unificação alemã foi saudada com otimismo pela grande maioria das forças políticas alemãs e produziu muita euforia na mídia internacional. Internamente, com exceção do Partido Verde e de grupos e partidos de esquerda, poucos ousaram expressar suas preocupações em relação ao futuro e questionar o ritmo e a forma que o processo assumiu (FLACH, 2990, p.43).

O SPD, em especial, Oskar Lafontaine, principal representante do partido, assumiu uma postura dura diante da possibilidade de unificação da Alemanha no início da década, o partido solicitava uma anexação mais gradual e lenta, em contraposição ao que pretendia o Chanceler Kohl, além de criticar publicamente e enfaticamente o uso das Forças Armadas não somente para fins de defesa. Estes fatos, além de, ao longo dos anos, o partido ter perdido sua legitimidade internacional junto aos demais partidos sociais democratas, influenciou nos índices de votos menores para o SPD em comparação com o CDU-CSU.

A crise na RDA foi de cunho social, econômico e político. O tripé que sustentava a proposta socialista ruiu juntamente com a legitimidade do socialismo soviético mediante a condução pró capitalista de Gorbachev desde o início de seu mandato. Quando o modelo de partido único não mais satisfazia as necessidades de uma sociedade complexa como a da RDA, este passou a ser questionado pela população quando incentivados pela mídia ocidental, bem como pelos reformadores soviéticos da base Gorbachevista.

Quando Moscou implementou a *Glasnost* e a *Perestroika*, a RDA perdeu a sua

base sustentadora. Ao contrário do efeito positivo que exerceu na economia soviética na década de 1970, com as sucessivas crises mundiais no preço do petróleo que trouxeram retornos enormes, a segunda alta do preço do petróleo, em 1979, atingiu a economia da República Democrática na sua fonte principal. O preço da matéria-prima essencial a economia da RDA não contribuía na manutenção da estrutura industrial e, com isso, a autossuficiência em alguns produtos, bem como a escassez de alimentos básicos.

A oposição à figura de Gorbachev era tamanha na URSS que, mediante manobras internas, ele não conseguiu prolongar seu mandato além de 1990-1. A unificação da Alemanha só foi possível em 1990 porque havia o apoio dos EUA e por falta de oposição por parte de Gorbachev que tinha um alto prestígio junto aos EUA e os países capitalistas. Manter a URSS e o bloco como um todo seria demasiadamente caro para as finanças soviéticas em frangalhos, então, mesmo sem apoiar a políticas Glasnost e Perestroika de Gorbachev, o partido comunista não tinha estabilidade para manter o Estado Socialista na URSS e não gozava de legitimidade para forçar a manutenção nos outros países do bloco. Os antigos aliados do partido comunista soviético já não mais faziam questão de apoiar os partidos comunistas de outros Estados, até a ala mais conservadora do Partido, aquela que Hoenecker considerava adequada, não apoiava o governo do SED na Alemanha, haja vista a declaração de Alexander Yakovlev²⁴, “esse muro não é nosso. Nós não o construímos. É uma coisa da RDA.” (PITTMANN apud BANDEIRA).

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, C. A. R., *Perestroika em curso: uma análise da evolução do pensamento político e econômico de Gorbachev (1984-1991)*. São Paulo, 2015. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29092015-151257/en.php>>. Acesso em 20-01-2015.

ANDERSON, P. A New Germany?. *New Left Review*, Londres, 57, 5-40, 20 de Abril de 2009.

ÁVILA, C. F. D. A Queda do Muro de Berlim: visões brasileiras. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v 18, n-37, p. 94, out. 2010.

BANDEIRA, L. A. M. *A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999*. In: GUIMARÃES, S. (org), *Alemanha: visões brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa de

24 Político e historiador soviético, membro do secretariado geral dos PCUS, conhecido membro da Glasnost. Informações disponíveis em <http://www.theglobeandmail.com/servlet/story/RTGAM.20051018.Wyakov1018 /BNStory /International/> acesso em 10-07-2016.

XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas
A reunificação das Alemanhas e o final da Guerra Fria (1989-1991)

Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000.

BEREND, I. (org). *A Transição para a Economia de Mercado*. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

FLACH, E., Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 46, p. 31-49, jul./dez. 2009, disponível no endereço <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>, acesso em 17-02-2016.

KITSCHEN, M. *A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje*. Cultrix, São Paulo, 2013.

KOHL, Helmut. [Recollections, 1982-1990]. Munich, 2005, pp. 1020-28. Disponível em: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=2889. Acesso em 04/02/2014.

KOHL, Helmut. Zehn-Punkte-Programm zur Überwindung der Teilung Deutschlands und Europas (November 28, 1989), In: *Bulletin des Presse und Informationsamtes der Bundesregierung*. Disponível no endereço http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=223. Acesso em 04-02-2014.

POHL, G., *Economic Consequences of German Reunification: 12 months after the Big Bang*. Washington DC, Policy Research Dissemination Center, 1991.

PREVIDELLI, M.F.S.C. *Expansão e Crise da União Europeia: um olhar para a economia da Zona do Euro, 2000-2010*. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11062015-141653/>, acesso em 17-10-2015.

ZAWILSKA-FLORCZUQ, M. CIECHANOWICZ, A. *One Country, Two Societies? Germany twenty years after reunification*. Koszykova, 6a, Polónia, 35, 1-76, 2011.